

A TRABALHADORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE: DAS DESIGUALDADES ÀS ALTERNATIVAS PELA VIA DO EMPODERAMENTO

Cibele Cheron
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Doutoranda em Ciência Política
e-mail: iccibele@yahoo.com.br

Resumo

O presente trabalho avalia a relação entre gênero, raça, geração, escolaridade, trabalho e pobreza na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Rio Grande do Sul, a partir da análise de dados secundários. Procura compreender a inserção da mulher no mercado laboral desde uma perspectiva histórica e com aportes dos estudos sobre o trabalho. A ênfase está nas modificações das relações e condições laborais, especialmente com relação à precariedade e vulnerabilidade. A região, por apresentar uma mescla contraditória de empreendedorismo econômico, concentração de riqueza e desigualdades sociais, fornece o suporte fático para a identificação de discriminações, tanto em função do sexo quanto da cor, da idade e da escolaridade, tornando a mulher negra, jovem e de baixo nível de instrução formal mais suscetível à pobreza. Verifica-se a ocorrência do fenômeno caracterizado por “feminização da pobreza” e a replicação de valores, estereótipos e preconceitos, num ciclo de desigualdades e obstáculos para a melhoria das condições de trabalho, renda e vida. Desde a realidade presente, procura-se compreender, dentro da concepção de políticas públicas voltadas às mulheres, quais os fatores que podem atuar na desestruturação dos alicerces das desigualdades, a fim de indicar alternativas a partir dos conceitos de empoderamento.

Palavras-chave: gênero, raça/etnia, geração, desigualdade, trabalho, pobreza, família.

INTRODUÇÃO

Fatores de gênero, raça/etnia e geração marcam de forma profunda e constante o mundo do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), Rio Grande do Sul, deixando as mulheres em franca desvantagem – especialmente as negras, jovens e de baixo nível de instrução formal. Essa condição, somada ao aumento da proporção de mulheres chefes de famílias monoparentais, as torna, e às suas famílias, mais vulneráveis à pobreza, o que culmina na produção e reprodução de discriminações e

desigualdades. Este é o argumento central do presente estudo, que será desenvolvido em três partes.

Na primeira, serão apresentadas brevemente as condições de inserção da mulher no mercado de trabalho, com ênfase para as modificações ocorridas nas últimas décadas. Informações referentes às mulheres no mercado de trabalho na RMPA serão analisadas na segunda parte, em função do gênero, da cor, da idade e da escolaridade. Por fim, na terceira parte, dados referentes à renda e aos arranjos familiares serão relacionados ao fenômeno da feminização da pobreza.

Objetiva-se refletir sobre a condição da mulher trabalhadora na Região Metropolitana de Porto Alegre de forma a aprofundar o debate acerca das desigualdades de gênero, raça/etnia e geração no âmbito laboral, como também sobre exclusão e vulnerabilidade social.

É possível perceber, ao longo dos últimos anos, a ampliação de oportunidades em diferentes ocupações no mercado de trabalho para as mulheres. No entanto, tal ampliação não elimina estereótipos de gênero, tampouco se reverte em igualdade

social, ou mesmo em melhoria das condições de vida. Cumpre, então, identificar as nuances desse fenômeno e encontrar estratégias para confrontá-lo, seja via políticas públicas ou pelo estímulo à participação das mulheres em cenários sociais, econômicos, políticos e culturais.

O quadro interpretativo e teórico inscreve-se no âmbito da Ciência Política e tem como referencial estudos desde a perspectiva de gênero. Adota-se enfoque multidisciplinar a fim de compreender os temas mulher, raça/etnia, geração, trabalho e pobreza, as relações de poder e dominação e o sistema de gênero que as direciona. O exame empírico contempla dados secundários e oficiais acerca da RMPA, obtidos da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre, realizada pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE-RS), entre outros.

Se, conforme defendido neste estudo, assim como as relações de trabalho, a pobreza também tem

perspectivas de gênero, raça/etnia e geração, não abordar essas perspectivas significa ignorar um dos maiores aspectos da desigualdade social e econômica e impedir o desenvolvimento pleno das sociedades. Nesse contexto, o enfrentamento dessas desigualdades torna-se uma das prioridades da agenda política. Sustenta-se, com efeito, que assegurar a cidadania feminina e o empoderamento das mulheres é um meio efetivo de reduzir a produção e reprodução de padrões de desigualdade, promover o desenvolvimento e consolidar relações democráticas.

MULHERES E TRABALHO

Na primeira metade do século XX, fatores econômicos, políticos e sociais ampliaram a possibilidade de ingresso das mulheres no mercado de trabalho. A modificação da matriz produtiva, as crescentes industrialização e urbanização, a queda nas taxas de fecundidade e a migração de pessoas do campo para a cidade são alguns fatores que, somados à necessidade econômica familiar decorrente da deterioração do valor real dos salários dos trabalhadores, proporcionaram à mulher

um espaço de trabalho fora do ambiente doméstico. Nesse cenário, os nexos gênero, raça/etnia e trabalho ganharam especial relevância, colocando em evidência a feminização da pobreza, fenômeno a ser tratado no presente estudo.

Em especial na década de 1960, o perfil que se delineia para a mulher trabalhadora é muito conveniente à configuração da força de trabalho ideal e de baixo custo para a produção: jovem, não atrelada a obrigações familiares, com baixo nível de instrução, desprovida de reivindicações dentro da relação de trabalho e satisfeita com seu recém adquirido *status* de operária. O ingresso da mulher no mercado de trabalho se dá sob o signo da desigualdade, aparente no pagamento de salários inferiores, no acesso restrito a direitos sociais, nos obstáculos criados para o crescimento profissional (Priori e Bassanezi, 1997).

Importante aspecto a ressaltar é a coexistência da vida da mulher trabalhadora fora e dentro do lar, numa articulação de papéis geradora de sobrecarga. Além da afirmação como profissional competente e produtiva, a mulher precisa desempenhar com

eficiência o trabalho doméstico, desvalorizado e invisível. Melo, Considera e Sabato (2005) colocam a questão da invisibilidade do trabalho feminino para a economia dos países como consequência da ausência de correspondente remuneração e da discriminação histórica que as mulheres, a quem foi delegado o trabalho doméstico, sofreram em todas as sociedades.

Ainda que a partir da revolução feminista, cujo incremento se dá desde os anos 1960, ocorra a lenta modificação de valores e conceitos, a situação da mulher no mercado de trabalho permanece marcada pela desigualdade, que se torna ainda mais palpável quando ao gênero soma-se o aspecto de raça. Mesmo com o aumento do nível de instrução, a ampliação de funções desempenhadas e o crescimento do número de mulheres atuantes na força de trabalho, as diferenças continuam existindo em prejuízo da mulher e numa escala ainda maior em se tratando da mulher negra.

A condição da mulher no mercado de trabalho atrelada à emergência de um novo padrão de acumulação, assentado na maximização

da produtividade e a consequente redução de custos e postos, somadas a política de flexibilização das relações laborais, resultam em precariedade das condições de trabalho. O aumento da produtividade e a majoração da competitividade ocorrem em processos de horizontalização e descentralização da produção, reduzindo o número de postos formais e impulsionando o crescimento de formas de trabalho informal, temporário, precário, terceirizado, excludente, onde o crescimento humano e o bem estar social não são relevantes. Antunes e Alves (2004) estruturam as modificações ocorridas no mundo do trabalho em três fatores:

1. Retração do taylorismo/fordismo, modelos verticais de produção baseados na especialização de trabalhadores estáveis e a consequente redução do número de trabalhadores estáveis;

2. Horizontalização das relações de trabalho, através de fenômenos como a terceirização, com aumento de formas desregulamentadas de trabalho, informalidade e precariedade das relações de emprego. Os postos de trabalho tradicionalmente

ocupados pelos excluídos da sociedade (como os imigrantes ilegais, por exemplo, em países como EUA, França, Itália e Inglaterra) passam a ser disputados por trabalhadores despejados dos seus antigos postos formais de trabalho, os quais já não existem. Em países como o Brasil, verifica-se aumento do desemprego e busca por setores informais da economia;

3. Aumento do trabalho feminino, em função da desregulamentação e precariedade. As mulheres passam a somar números maiores na força de trabalho, justamente em função do crescimento de formas informais e precárias, dando ainda maior suporte a práticas discriminatórias e às desigualdades salariais e de direitos.

A partir deste cenário, emerge nas últimas décadas o fenômeno da feminização da pobreza, segundo o qual as mulheres vêm, com o passar do tempo, tornando-se mais pobres do que os homens, num processo associado ao aumento da proporção de famílias pobres chefiadas unicamente por mulheres que, na ausência de um companheiro, assumem sozinhas toda a responsabilidade pelo seu próprio

sustendo e o de seus filhos. Além de modificações nos padrões de relacionamento familiar e afetivo, pode-se compreender a partir dos estudos sobre a feminização da pobreza que prevalecem as mulheres trabalhadoras em tempo parcial ou em regime temporário, assim como prevalece a discriminação salarial em função do gênero e/ou da raça. Tem-se também como consequência disponibilidades ocupacionais para tais mulheres de menor exigência em qualificação e menores salários, além da adesão significativa a níveis muito baixos de economia informal. Embora a ocupação da chefia da família unicamente pela mulher ocorra em todas as situações econômicas, cumpre salientar, neste estudo, que a maioria das famílias chefiadas apenas por mulheres estão em situação de pobreza, com agravamento quando se trata de famílias chefiadas por mulheres negras.

Mais do que colocar as mulheres em situação de pobreza, as desigualdades de raça e gênero também negam à mulher, especialmente à mulher negra, meios que lhe permitam alterar essa situação. Quando se observam simultaneamente aspectos de

gênero e raça, surge com mais força a desigualdade da qual se impregna a pobreza. É nítido que as mulheres, especialmente as de etnia negra, têm maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Ainda, o valor de seu trabalho é depreciado, seu acesso aos recursos produtivos é restrito e a acessibilidade aos processos de tomada de decisão é limitada.

As desigualdades de gênero e raça são produzidas e reproduzidas dentro das relações de trabalho desenhadas pelo atual contexto econômico, social e político e refletem no aumento da pobreza para a mulher. Tal mulher, segundo se observa a partir dos dados analisados, trabalha mais, ocupa posições de menor prestígio, recebe salários mais baixos e tem menor possibilidade de ascensão na carreira. Mais do que isso, está proporcionalmente em maior quantidade no mercado informal de trabalho, onde não existe o abrigo de garantias e direitos trabalhistas ou previdenciários, nem para si, nem para seus dependentes. Ela é a principal afetada pela deterioração dos serviços públicos essenciais, como os de saúde, educação, infra-estrutura e segurança.

Aborda-se, aqui, a questão de gênero enquanto relações estabelecidas a partir da percepção social de diferenças biológicas entre os sexos (Scott, 1995), calçada em padrões de classificação onde masculino e feminino são opostos como, respectivamente, se opõe e se referem a tais padrões os conceitos de forte/fraco, grande/pequeno, dominante/dominado, superior/inferior, num esquema hierarquizado, construído arbitrariamente ao longo da história, em que é privilégio do ser masculino o que recebe valoração positiva e superior (Bourdieu, 1999).

Essa esquematização “parece estar na ordem das coisas (...) presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado (...) em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando com esquemas de percepção, de pensamento e de ação” (Bourdieu, 1999, p.17).

A sociedade está organizada em uma estrutura patriarcal, ou seja, numa hierarquia entre os gêneros onde o domínio do masculino sobre o feminino prevalece tanto na esfera privada, (estrutura familiar) quanto na esfera pública (lógica organizacional das

instituições políticas). Ainda que as diferenças de raça/etnia, classe social, geração e nível de instrução formal atinjam tanto a homens quanto a mulheres, estas compartilham de condições de subordinação derivados da estrutura patriarcal que privilegia o masculino, permitindo ao homem o controle sobre o trabalho da mulher e restringindo a ela o acesso a recursos econômicos e sociais e ao poder político, resultando na desigual distribuição de recursos entre os sexos (León, 1997).

A RELAÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, GERAÇÃO E ESCOLARIDADE NA RMPA

Conforme aponta a Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE, em abril de 2009 havia 3,3 milhões de pessoas em idade ativa na Região Metropolitana de Porto Alegre. Destas, 46,6% pertencentes ao sexo masculino e 53,4% ao sexo feminino. A população economicamente ativa compunha a estimativa de mais de 1,8 milhões pessoas, sendo 54,2% homens e 45,8% mulheres. A parcela da população em idade ativa que se encontrava economicamente ativa (taxa de

atividade) representava 55,8%. Entre os homens, a taxa de atividade situou-se em 65,0% e entre as mulheres, 47,9%. A mesma pesquisa aponta que o número de pessoas ocupadas na RMPA era de 1,7 milhões, das quais 54,9% eram homens e 45,1% eram mulheres.

Para o mesmo período, a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (FEE/Centro de Pesquisa de Emprego e Desemprego) aponta 12,1% da população da RMPA em situação de desemprego, abrangendo 9,6% da população masculina e 15,0% da população feminina; 11,7% da população branca e 14,5% da população não branca. A taxa de participação total é de 58,7%, contabilizando 67,4% dos homens e 51,1% das mulheres; 59,1% da população branca e 56,4% da população não branca.

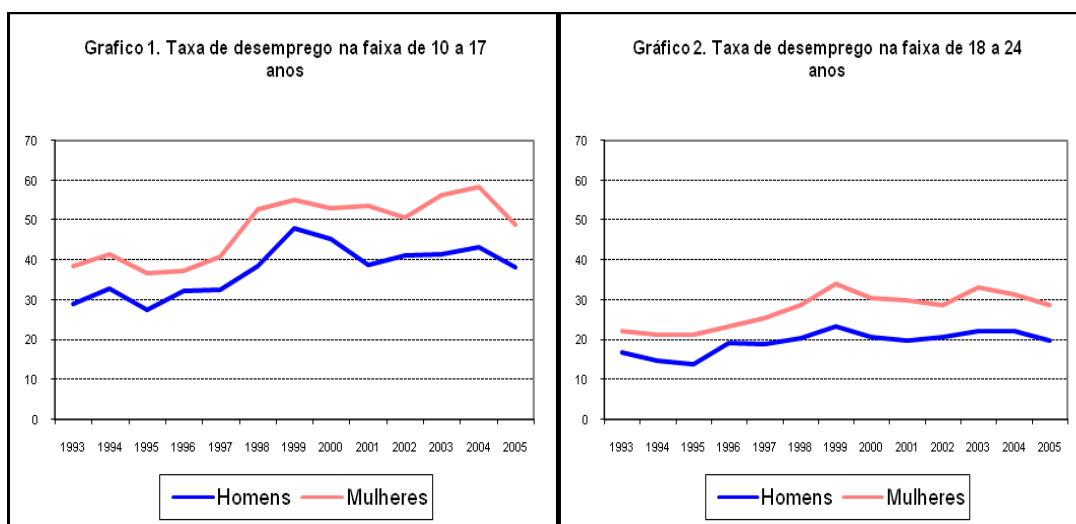
Em comparação com dados de anos anteriores, percebe-se que houve aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho. O Informativo Mulher e Trabalho da FEE aponta um crescimento real de 4,9% da taxa de participação feminina verificado entre os anos 2007 (49,0%) e 2008 (51,4%). Em comparação com anos anteriores, o

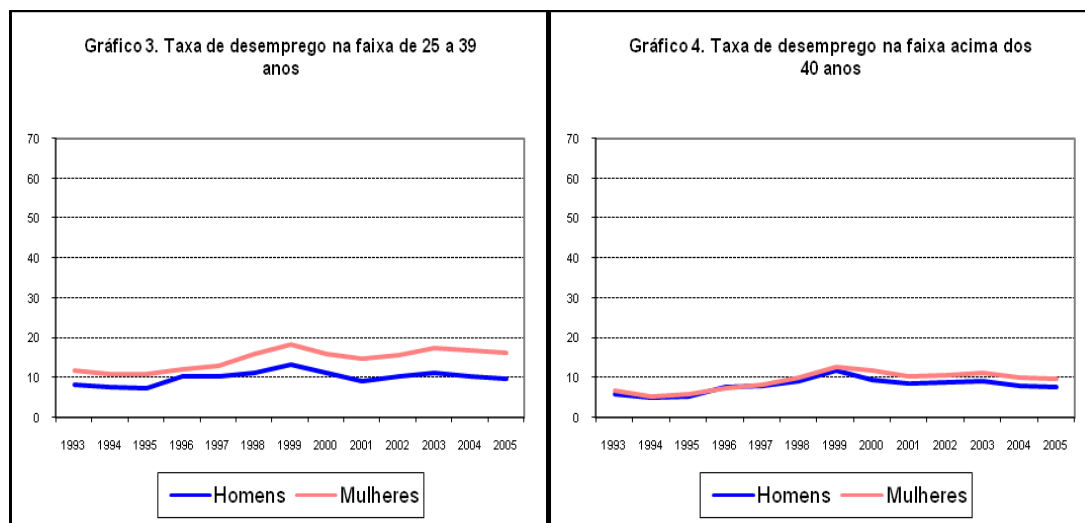
aumento da participação feminina é ainda mais acentuado. A taxa de participação salta de 41,8% em abril de 1994 para os já mencionados 51,1% em abril de 2009, o que aponta um crescimento real de 22,2%.

Entretanto, esse aumento da presença da mulher no mercado de trabalho não ocorre de forma homogênea dentro da população feminina da RMPA, o que se verifica

através da atuação de fatores como a raça, a idade, a escolaridade e a renda familiar, os quais, em concurso, estabelecem desigualdades dentro da força de trabalho das mulheres.

Os gráficos a seguir ilustram essas desigualdades, ao trazer as taxas anuais de desemprego na RMPA, para o período de 1993 a 2005, e mostrando suas variações com relação ao gênero e a idade dos entrevistados.





Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Nos gráficos acima podem ser observados dois fenômenos. Primeiro, que o desemprego diminui conforme aumenta a idade (de 40% em média na faixa mais jovem para menos de 10% na faixa mais idosa). Segundo, que em todas as faixas a taxa de desemprego é maior entre as mulheres. Logo, torna-se evidente que as mulheres jovens estão em posição duplamente desfavorável no mercado de trabalho.

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho é uma mudança de paradigma que convive com a existência de assimetrias de gênero entre as camadas jovens da população, em razão de um processo de socialização diferenciado pelo qual as e os jovens, desde cedo, apreendem valores determinantes de papéis de gênero desiguais (Guerreiro e Abrantes,

2007). Durante o processo de socialização, o masculino e o feminino são construídos, interpretados e internalizados conforme as características da sociedade em que vivem as e os jovens de determinada raça, etnia e classe social (Duque-Arazola, 1997).

A determinação segundo os padrões e estereótipos de gênero, raça, classe social e geração implicam no acesso a oportunidades, delimitam possibilidades e constroem aqueles que os transgridem. De acordo com

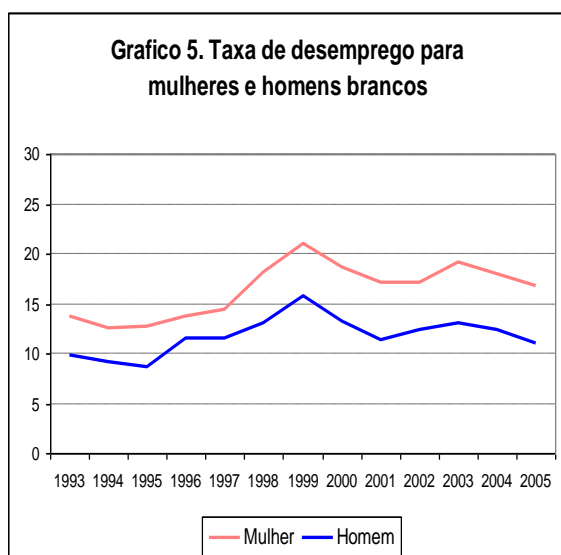
estudo acerca da situação dos jovens na América Latina,

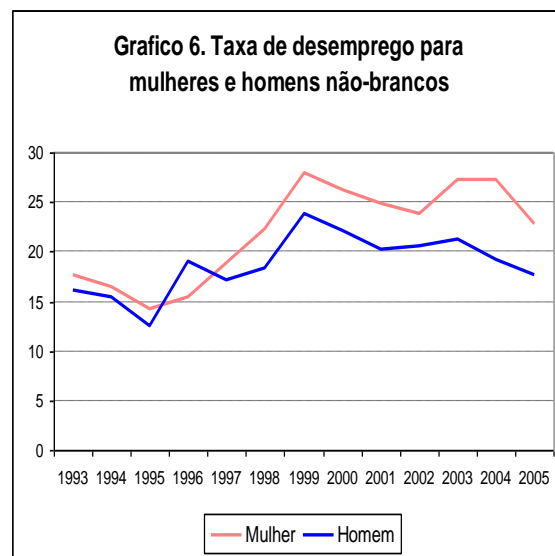
[...] entre uns 48% e uns 64% dos jovens latino-americanos de zonas urbanas vêem restringidas suas oportunidades futuras já em seu domicílio de origem, posto que o nível educativo dos pais, variável determinante do clima educacional do domicílio, aparece altamente correlacionado com as trajetórias educacionais dos filhos [...] (CEPAL, 2004, p. 176).

As possibilidades oferecidas às e aos jovens de classes baixas são diferentes das possibilidades oferecidas às e aos jovens de classes médias e altas, conforme limitações nas perspectivas de educação, por exemplo, imprimindo maior peso às desigualdades de gênero entre as e os jovens de baixa renda (Duque-Arrazola, 1997).

Cabe ressaltar que, muito embora a categoria raça não se aplique aos seres humanos nem genética, nem antropologicamente, este é o termo que, no imaginário brasileiro, define, através da cor da pele, os lugares sociais que podem ou não ser ocupados por determinadas pessoas. Nossa sociedade se estrutura em um sistema de hierarquias e privilégios que afetam perversamente as pessoas de pele negra, reproduzindo estereótipos, preconceitos e discriminações. Raça, portanto, é utilizado enquanto origem e ancestralidade e incorpora as dimensões de história e cultura sem remeter a um essencialismo biológico (Nascimento, 2003).

Os gráficos a seguir apresentam as taxas de desemprego segundo o gênero e a cor do entrevistado, para a mesma região e período.





Fonte: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

Observa-se novamente que as mulheres são sempre mais afetadas pelo desemprego, sejam brancas ou não-brancas. Também é visível que os homens não-brancos estão mais desempregados que os homens brancos. Logo, é possível afirmar, a que as mulheres negras estão sujeitas a uma discriminação dupla, pelo gênero e pela cor, estando entre o grupo mais vulnerável nas relações laborais.

O Informativo Mulher e Trabalho aponta que, em 2007, as mulheres não-brancas da RMPA detinham as taxas de desemprego na ordem de 20,5%. A menor taxa de desemprego para o período foi a dos

homens brancos, alcançando 9,5%. Ao compararmos a taxa de desemprego verificada, em 2007, para mulheres brancas (15,2%) com a de homens não-brancos (14,4%), podemos inferir que a discriminação por gênero supera a discriminação por raça.

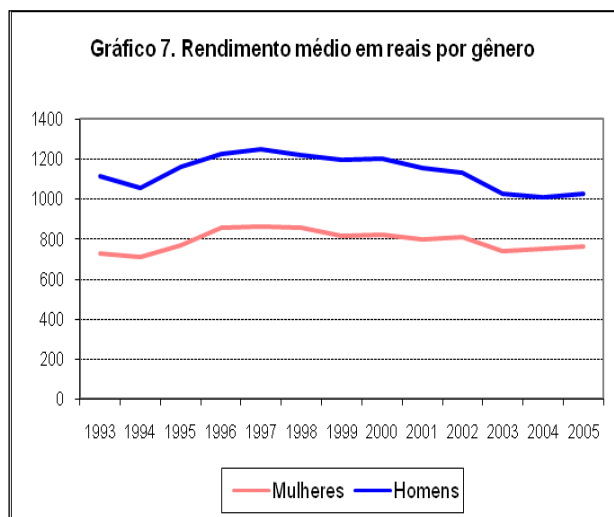
A discriminação por gênero se sobrepõe à discriminação por raça no mercado de trabalho, incidindo de maneira especialmente negativa sobre a mulher negra (Cacciamali e Hirata 2005). Tal discriminação se revela através de mecanismos de segregação social e ocupacional, cuja matriz é a tradição patriarcal de nossa sociedade, o que se desdobra em salários inferiores e

menos oportunidades de mobilidade vertical para as mulheres. A maior responsabilidade referente à família e a maternidade podem, segundo os autores, acarretar um menor envolvimento e a descontinuidade no exercício do trabalho. Destarte, os papéis sociais atribuídos às mulheres contribuem para a permanência e a reprodução de práticas discriminatórias dentro do universo laboral, através remunerações inferiores e restrições à ascensão profissional. É em consequência de valores arraigados na sociedade que práticas discriminatórias com referência à raça e/ou gênero se fazem presentes no mercado de trabalho, influenciando desde a admissão ou rejeição em um determinado posto ou na definição da remuneração a ser percebida pelo indivíduo. A partir da influência de tais valores é que pessoas que apresentam atributos iguais, com exceção dos de gênero e/ou raça são avaliadas de maneira diferente pelos empregadores ou pelas demais pessoas envolvidas na relação laboral, levando em conta apenas esses atributos. A discriminação direta assim observada é responsável pelo mercado remunerar de maneira

mais adequada o homem branco em oposição diametral à mulher negra.

Sobre a escolaridade, e importante ressaltar que esse fator provoca desigualdades entre mulheres e homens, como verificado através dos dados apontados, mas também internamente à população feminina, reproduzindo as diferenças encontradas na sociedade (Carrasco et al., 1998). Assim, a força de trabalho feminina se posiciona de forma polarizada, onde um extremo é ocupado por um número reduzido de mulheres que possuem um alto nível de escolaridade e qualificação, cujos postos de trabalho são estáveis, dotados de reconhecimento e remuneração compatível, além de toda a gama de benefícios atrelados (Varella, 2001). O outro extremo, entretanto, é ocupado pela grande maioria do contingente feminino, em condições vulneráveis de trabalho causadas por ocupações com menor qualificação, baixo poder de negociação, em tempo parcial ou temporárias, quando não na total informalidade, geralmente vinculadas a empresas de pequeno porte – também mais vulneráveis economicamente – ou em atividades socialmente consideradas “femininas”.

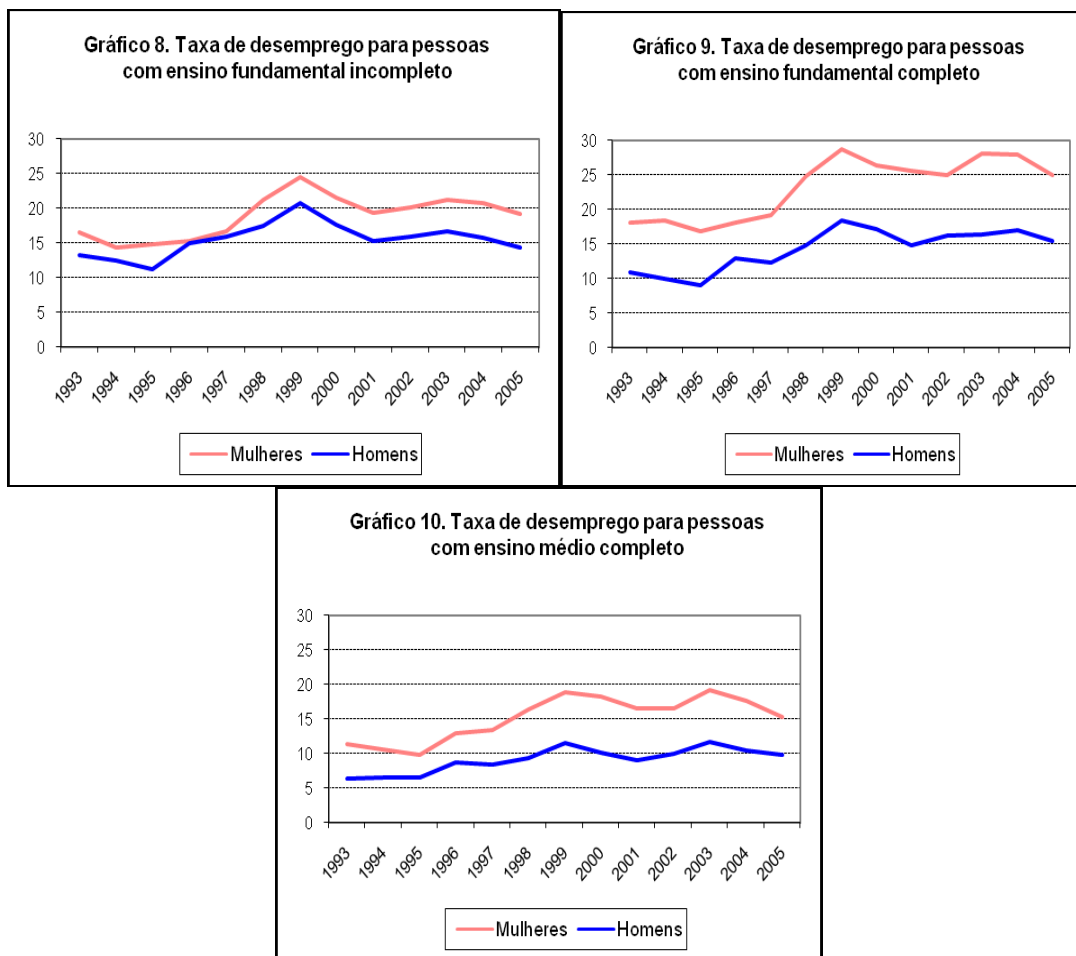
O Gráfico 7 aponta a renda 2005, em relação ao gênero, na RMPA:
média percebida no intervalo de 1993 a



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

A diferença de salário recebida por mulheres e homens é sempre presente. As mulheres recebem, aproximadamente, a média de 70% a 85% da renda dos homens para o período analisado.

Os gráficos a seguir tratam da relação entre desemprego, escolaridade e gênero na RMPA para o intervalo de 1993 a 2005:

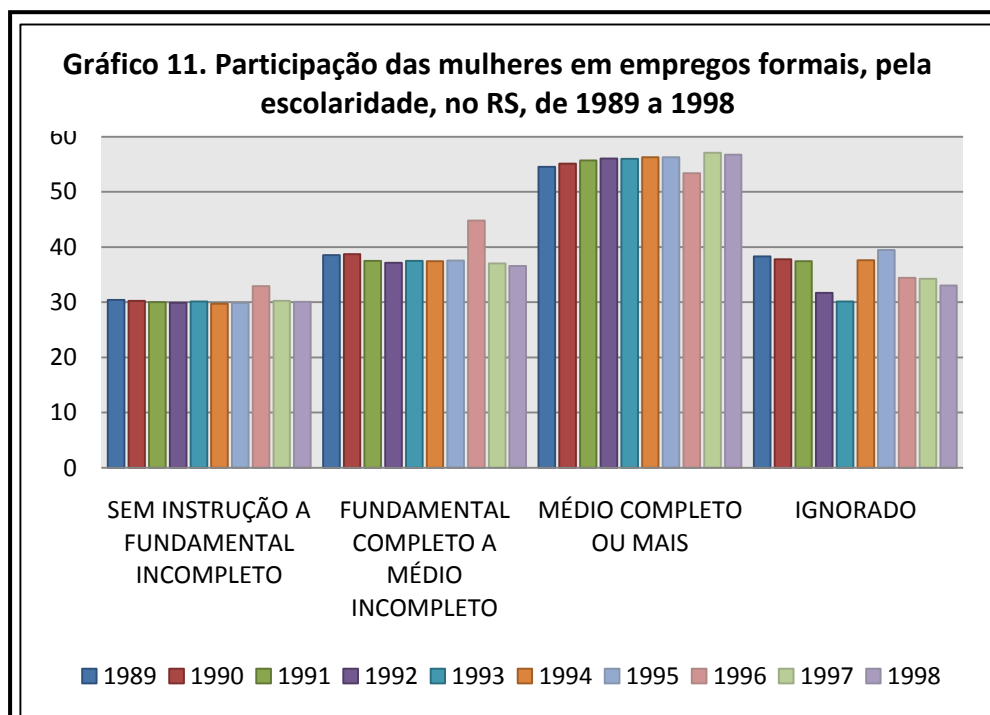


FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP e DIEESE.

O Gráfico 11, elaborado a partir de Jornada e Sternberg (2001), aponta como as mulheres, em todo o Estado do Rio Grande do Sul, ocuparam postos de trabalho formal no período de 1989 a 1998. A razão entre o percentual de mulheres em empregos formais no ano de 1998 e de 1989 foi 1,6, evidenciando que houve aumento. Para o mesmo

período, a razão entre os percentuais relativos aos homens foi de 0,95.

A análise do gráfico evidencia a queda da ocupação para as mulheres sem instrução até fundamental incompleto e fundamental a médio incompleto, o que engloba a maioria das trabalhadoras formais (61,89% das trabalhadoras em 1989 e 51,75% em 1998).



Fonte: Relação Anual de Informações sociais – RAIS (1989,90,91,92,93,94,95,96,97,98). Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego.

Mesmo que, dentre os empregos formais, os de maior escolaridade sejam ocupados por mulheres, estas permanecem com uma remuneração inferior em todos os setores indicados na RAIS para os anos apontados. Em 1989, as mulheres tinham rendimento médio 33% inferior ao dos homens. Para o ano de 1998, a diferença cai a 22%, mas permanece expressiva. A diferença nos salários pagos é um dos maiores indicadores de desigualdade no mercado de trabalho. Para a diminuição descrita acima ter acontecido, foi preciso que o rendimento médio real das

mulheres tenha crescido 23,2% entre 1989 e 1998 (de R\$522,49 para R\$643,62), ao passo que o rendimento real médio dos homens tenha crescido apenas 6,2% (de R\$778,11 para R\$826,48).

A educação superior é fator importante na melhoria das condições de trabalho das mulheres, que acontecem de maneira progressiva (Beltrão e Alves, 2004). Porém, o aumento da escolaridade não se reflete em conquistas equivalentes no mercado de trabalho. Mesmo as mulheres de maior escolaridade recebem salários

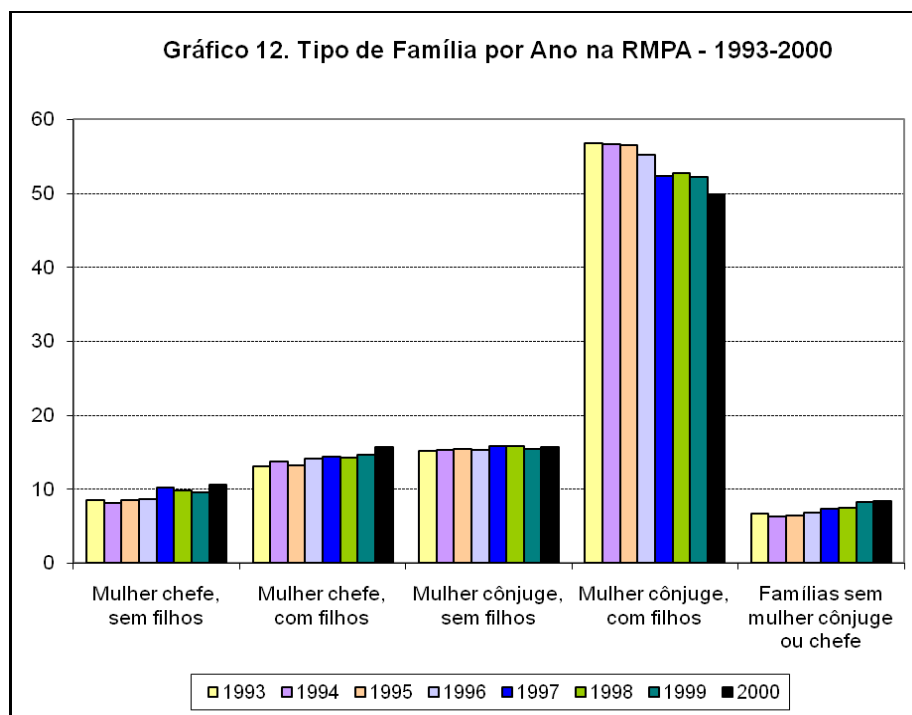
inferiores aos homens da mesma condição. A diferença entre os rendimentos percebidos pelos sexos existe em todos os níveis de escolaridade, mas encontram maior amplitude na educação superior, o que indica a existência de ocupações desse nível que não propiciam, às mulheres, rendimentos elevados na medida dos proporcionados aos homens com mesmo grau de instrução, além de uma maior dificuldade de ascensão a cargos de chefia (Leone e Baltar, 2006).

ARRANJOS FAMILIARES, RENDA E FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Neste estudo, entende-se por feminização da pobreza o processo de empobrecimento desencadeado no momento em que a mulher com filhos deixa de viver, no mesmo domicílio, com um marido ou companheiro, passando a prover sozinha o sustento da família. A partir de então, a família monoparental chefiada pela mulher fica mais sujeita à pobreza em comparação com as famílias nucleares chefiadas, na grande maioria, por homens (Pearce, 1978).

O aumento do número de famílias chefiadas exclusivamente por mulheres, além de exprimir modificações nos padrões de relacionamento afetivo e familiar, também está estreitamente atrelado às modificações nos papéis assumidos pelas mulheres dentro da sociedade, ocupando maior espaço no mercado de trabalho e assumindo a total responsabilidade pela estrutura e sustento da família. Este aumento não é notado apenas entre as famílias pobres. Famílias em situações econômicas mais elevadas também são chefiadas por mulheres. Percebemos, entretanto, que a maioria das famílias chefiadas por mulheres encontram-se em situação de pobreza. Para o biênio 2007/2008, a FEE-RS aponta uma taxa de desemprego para as famílias monoparentais femininas na ordem de 11,7%.

Para o período de 1993 a 2000, a PED registrava a seguinte distribuição familiar na Região Metropolitana de Porto Alegre:



Fonte: FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP.

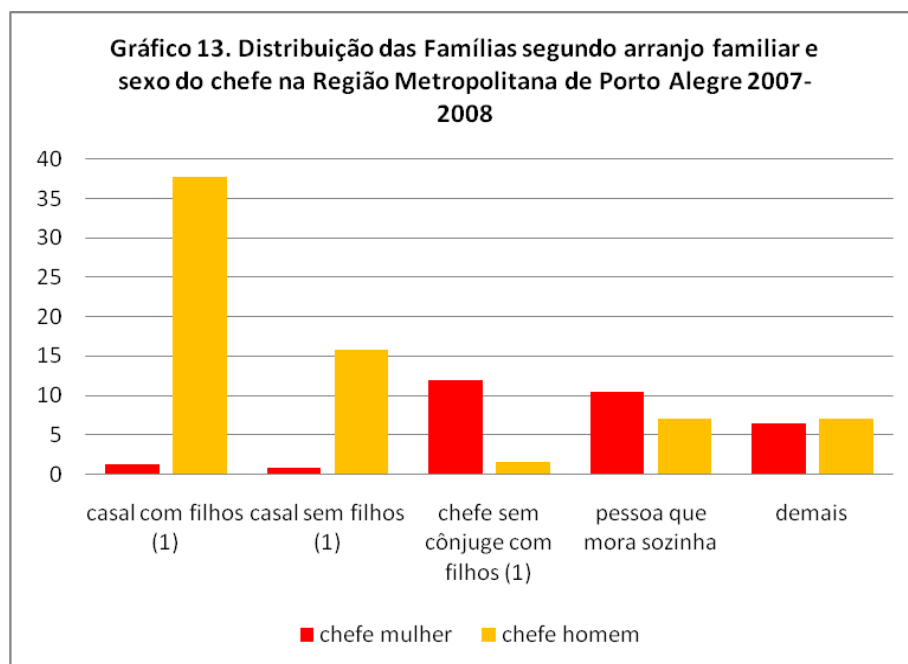
Observando o gráfico acima, é nítido o aumento progressivo na RMPA da proporção de famílias nas quais a mulher é a chefe, seja com ou sem filhos (1º e 2º tipos). Somados, eles crescem de 21,5% em 1993 para mais de 26% em 2000.

Paralelamente também se observa um aumento na RMPA do número de famílias em que não há mulher no papel de cônjuge ou chefe, isto é, famílias monoparentais masculinas (5º tipo).

Levando em conta a estabilidade da proporção de famílias com mulher

cônjuge e sem filhos (3º tipo), pode-se dizer que o crescimento mencionado acima é o reflexo da redução das famílias tradicionais, isto é, aquelas em que a mulher é a cônjuge e há filhos (5º tipo).

Para os anos 2007 e 2008, a distribuição das famílias segundo tipo de arranjo familiar e sexo do chefe acontece conforme o Gráfico 13:



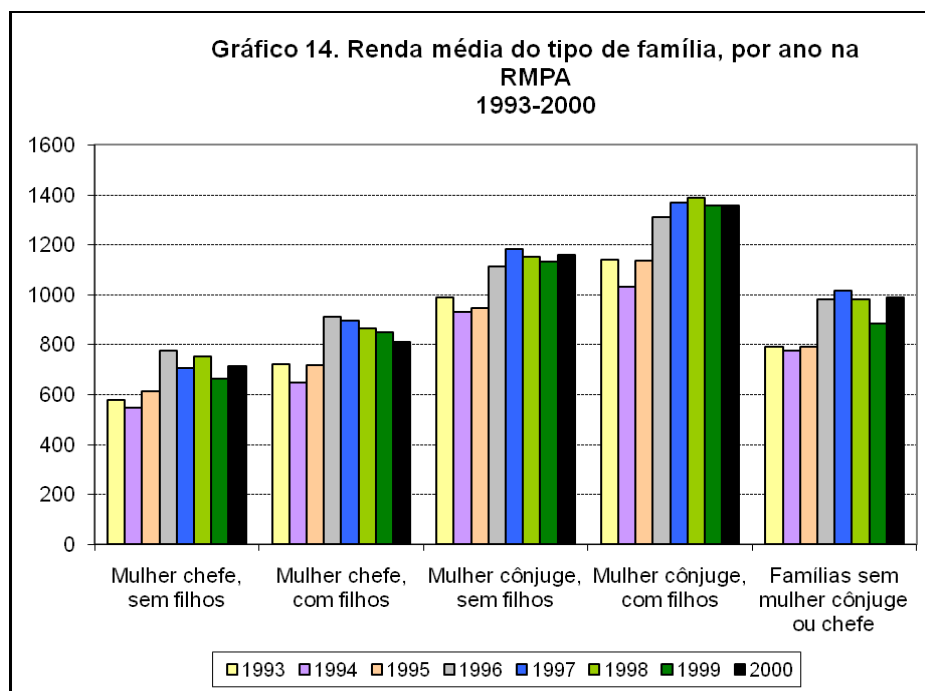
Fonte: Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT.
(1) Exclusive as famílias com outro parente e / ou agregado.

A análise do Gráfico 13 aponta que, muito embora os arranjos familiares onde existam cônjuges sejam, na maior parte dos casos, chefiados por homens, as famílias monoparentais são, em sua maioria, chefiadas por mulheres.

O crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres pode ser visto em todo o Brasil. Trata-se de um fenômeno tipicamente urbano, representado pelo aumento das famílias monoparentais cuja chefia, no mais das vezes, está a cargo de mulheres jovens, separadas, negras, de baixa renda e escolaridade (Berquó, 2001). A chefia feminina de famílias acontece,

concentradamente, entre as camadas mais pobres da população. Relaciona-se a tal concentração a necessidade de sustentar a família, aliada a baixa qualificação profissional, e a inserção em formas precárias e desregulamentadas de trabalho (Castro, 1982; 1990, Goldani, 1994).

Com relação à renda média referente aos arranjos familiares mencionados, de 1993 a 2000 a distribuição foi a demonstrada pelo Gráfico 14.



Fonte: FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP.

Primeiro, é nítido que a renda média de famílias onde a mulher é a chefe de família (1º e 2º tipos) é significativamente menor que a dos outros tipos de família. O gráfico ilustra os dados que comprovam essa desigualdade. A renda média dos dois primeiros grupos é cerca de 730 reais, comparados a renda média de 1050 reais para os outros três tipos.

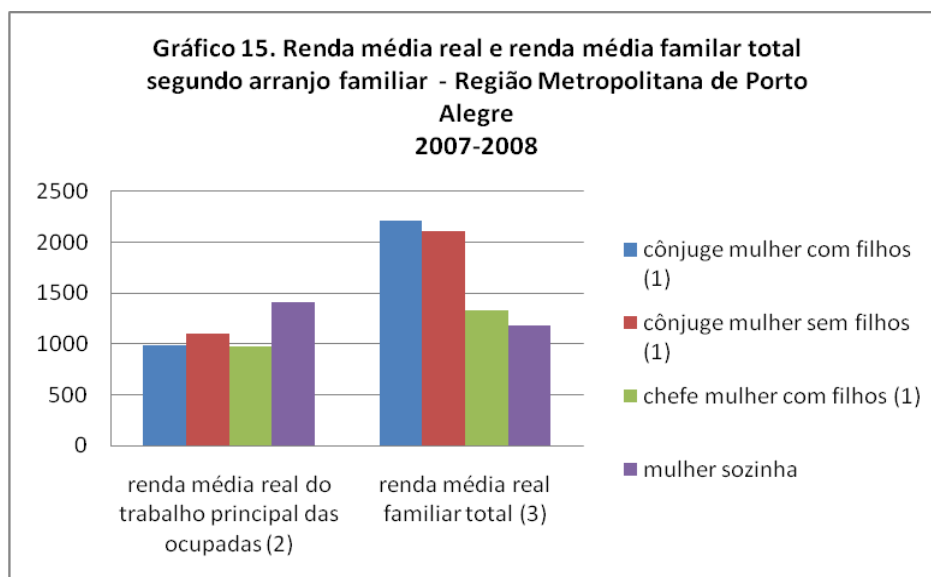
Já as variações de renda média são em geral semelhantes para todos os cinco tipos de família, mas há algumas pequenas diferenças que podem ser mencionadas.

Curiosamente, a menor perda de renda em 1994 é para famílias sem mulher; já em 1997, as famílias em que a chefe é mulher (1º e 2º tipos) perdem renda, enquanto os outros tipos têm aumento de renda; e em 2000 uma parte das famílias recupera renda (1º, 3º e 5º tipos), mas outra parte perde (2º e 4º, ambos em que há filhos).

Em 2005, conforme a FEE-RS, 4,3% da força de trabalho feminina recebia salário médio mensal inferior ao salário mínimo nacional. A mesma pesquisa aponta que, entre os homens, essa parcela era de 3,8%.

O Gráfico 15 indica a renda média real recebida individualmente e familiar total, conforme o tipo de

família, para a RMPA nos anos de 2007 e 2008.



Fonte: PED-RMPA Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE e TEM/FAT

Nota: A família é composta pelos indivíduos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Excluídas as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro tipo de arranjo familiar.

- (1) Excluídas as chefes e cônjuges mulheres em famílias com outro parente/agregado.
- (2) Excluídos os assalariados e empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganham exclusivamente em espécie ou benefício. Inflator utilizado: IPC/IEPE. Valores em Reais de novembro de 2008.
- (3) O rendimento familiar total consiste na soma de rendimentos de aposentadorias ou pensões, do trabalho principal e adicional (só de ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro desemprego (só de desempregados e de inativos) recebidos pelos indivíduos maiores de dez anos cuja posição na família seja chefe, cônjuge, filho, outro parente ou agregado. Inflator utilizado: IPC/IEPE. Valor em Reais de novembro de 2008.

A partir do que aponta o Gráfico 15, é possível destacar que as mulheres com filhos são as que recebem, individualmente, a menor renda média. Também é perceptível que as famílias onde há filhos e a chefe é a mulher têm

renda familiar total muito inferior do que aquelas em que a mulher é cônjuge.

As taxas de desemprego também evidenciam, para o período 2007/2008, uma maior vulnerabilidade para a mulher chefe de família com filhos. Em famílias monoparentais femininas, a

taxa de desemprego das chefes atingiu 11,7%, menor do que a das mulheres cônjuges de famílias com filhos, que foi 12,3%. É importante ressaltar que essa menor taxa de desemprego pode estar relacionada à impossibilidade, para a chefe de família com filhos, de ficar sem rendimentos, o que, muitas vezes, as constringe a submeterem-se a aceitar trabalhos que, em circunstâncias diferentes, não aceitariam.

Pobreza não assume unicamente o aspecto de carência de renda, mas de desigualdade, exclusão e vulnerabilidade, sendo resultado de um fenômeno multidimensional de processos sociais, econômicos e políticos (Romano e Antunes, 2002). A pobreza corresponde, ainda, a um status social específico, inferior e desvalorizado (Paugam, 2003). O Brasil, de modo geral, e em especial a Região Metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, experimentam uma mescla contraditória de empreendedorismo econômico, concentração de riqueza e segregação racial, denotando profunda desigualdade.

É possível entender a pobreza como uma síndrome, à qual se associa o

“infraconsumo”, a desnutrição, precárias condições de moradia, baixos níveis educacionais, más condições sanitárias, inserção instável no aparato produtivo, atitudes de desalento e anomia e pouca participação nos mecanismos de integração social (Arriagada, 2005).

O modo de participação da mulher no mercado de trabalho está relacionado ao fenômeno da feminização da pobreza, com especial ênfase para os casos em que a mulher é chefe de família, nos domicílios em que não existe um homem adulto exercendo tal papel (lembrando que o homem ocupa tradicionalmente o lugar de provedor da família). A feminização da pobreza é um fenômeno que se pode atribuir a quatro fatores principais: a) Prevalência de mulheres nos trabalhos de tempo parcial ou em regime temporário; b) Discriminação salarial em comparação com os rendimentos recebidos pelos homens; c) Concentração das mulheres em atividades que exigem menor especialização e menor qualificação, para as quais são pagos salários mais baixos; d) Participação da mulher nos

níveis inferiores da economia informal (Novellino, 2004).

Muito da inserção da mulher no mercado de trabalho se deve à necessidade econômica, fator que prepondera quando se trata de uma mulher sobre a qual pesa a total responsabilidade pela família. O modelo familiar em que a mulher está inserida influencia diretamente na sua forma de participação no mercado de trabalho. Entre 2007 e 2008, dados da FEE-RS apontam que a presença de filhos determina maior inserção ocupacional das mulheres. Dentre os casais com filhos, a taxa de participação das mulheres foi de 58,1%, ao passo que, dentre casais sem filhos, foi de 50,8%. Nas famílias monoparentais femininas observou-se uma taxa de participação de 60,8, o que traduz a necessidade de sustento familiar a cargo da mulher. A taxa de participação atinge seu maior percentual entre as mulheres chefes de família em lares monoparentais cujos filhos têm idades de mais de um até cinco anos, alcançando 82,2%.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:
ALTERNATIVAS PELA VIA DO
EMPODERAMENTO**

O termo empoderamento é empregado aqui enquanto o mecanismo através do qual as mulheres assumem o controle de sua existência, com consciência e protagonismo, promovendo, através de mudanças individuais e coletivas, a alteração das estruturas patriarcais da sociedade que conferem a ela posição subordinada em relação aos homens. Este processo acontece a partir da construção da auto confiança e de uma auto-imagem, do desenvolvimento da habilidade para pensar criticamente, do fortalecimento e da coesão de grupo, da promoção da tomada de decisões e, finalmente, da ação. Para tanto, a eliminação das discriminações e a construção da igualdade é fundamental, em níveis abrangentes, tanto na esfera privada quanto na esfera pública (Stromquist, 1997).

O empoderamento da mulher envolve quatro componentes: a) um cognitivo, fundado na consciência, na informação, na capacidade de crítica e no conhecimento, através do qual a mulher compreende a existência e as causas de sua subordinação em níveis micro e macro, e a necessidade de empreender escolhas que desestremem

essa subordinação, mesmo de encontro às expectativas culturais e sociais; b) um psicológico, pelo qual a mulher desenvolve e fortalece a confiança necessária para empreender as práticas de mudança social, calcado na autoconfiança e auto-estima; c) um político, que pressupõe o desenvolvimento da habilidade de analisar o meio político que a circunda e, principalmente, de ocupar ali um lugar ativo; d) um econômico, que permite à mulher construir sua independência financeira (Stromquist, 1997).

Empoderamento é, portanto, “todo acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite aos indivíduos ou unidades familiares aumentarem a eficácia do seu exercício de cidadania” (Friedmann, 1996, p. viii).

A pobreza é “um estado de desempoderamento” (Friedmann, 1996, p. 50). Para a superação das desigualdades é fundamental combater a pobreza e, neste combate, o empoderamento orienta-se para a conquista da cidadania plena, isto é, a capacidade de as mulheres alcançarem recursos econômicos, sociais, políticos e culturais para atuarem, nas esferas

privada e pública, em defesa de seus direitos, conseguindo influenciar as ações do poder público.

Como alternativas para o enfrentamento da realidade descrita, suscita-se que as políticas públicas (entendidas enquanto declarações de princípios atrelados às ações governamentais nas diferentes esferas que objetivam a resolução de questões públicas) visem mais do que a redução do sofrimento da população atingida pela pobreza. É necessário que também contribuam para o empoderamento das mulheres e para a diminuição das assimetrias de poder entre os sexos, tornando-se instrumentos eficazes da erradicação das desigualdades de gênero, raciais e sociais.

Mais do que políticas de bem-estar social, onde o alvo principal é a mulher mãe, é preciso que a política pública leve em conta a participação das mulheres em sua formulação, promovendo a equidade, a ser atingida também pela qualidade da participação econômica das mulheres.

As políticas de sobrevivência para mulheres pobres e sua prole não são suficientes para modificar a realidade analisada neste estudo. O

empoderamento das mulheres, entretanto, modifica a percepção que a mulher tem de si e do mundo, trabalha sua auto-estima e visa a capacitá-la para competir igualitariamente no mercado de trabalho e nas outras esferas de participação: social, política, cultural. Políticas assistencialistas, como renda mínima e auxílio alimentar, deixam de incentivar a independência da mulher, sem a qual não se pode vislumbrar mudanças significativas na realidade.

Falar em empoderamento das mulheres significa desafiar a estrutura patriarcal das relações familiares e da sociedade. Significa romper com o padrão de produção e reprodução de desigualdades, assentado no gênero e na replicação de mecanismos de discriminação que valorizam a mulher e seu trabalho de forma inferior ao homem.

Abstract

This study evaluates the relationship between gender, race, age, scholar degree, employment and poverty in the metropolitan area of Porto Alegre (RMPA), Rio Grande do Sul, analyzing secondary data. It tries to understand the integration of women in the labor market from a historical perspective

with labor studies contributions. The emphasis is on changes in relationships and working conditions, especially with respect to the precariousness and vulnerability. This region, presenting a contradictory mixture of economic entrepreneurship, concentration of wealth and social inequalities, provides the factual support for the identification of discrimination, either based on gender and color or age and education, identifying the young under graduated afro-Brazilian woman more susceptible to poverty. It is the occurrence of the phenomenon characterized by "feminization of poverty" and the replication of values, stereotypes and prejudices in a cycle of inequality and obstacles the improvement of working conditions, income and life. From the present reality perspective, we seek to understand, in the design of women public policies, the factors that can act on shattering the foundations of inequality, to indicate alternatives based on the concepts of empowerment.

Key words: gender, race, generation, work, inequality, family, poverty.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; ALVES, G. *As mudanças no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2009.

ARRIAGADA, I. *Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género*. Revista de la CEPAL, Santiago de Chile, nº 85, p. 101-113, abril de 2005.

BELTRÃO, K. I.; ALVES, J. E. D. A. *A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambu, 2004. Anais... Belo Horizonte: Abep, 2004.

BERQUÓ, E. *Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário “Estudos de Gênero face aos dilemas da sociedade brasileira”, promovido pelo III Programa Relações de Gênero na Sociedade Brasileira da Fundação Carlos Chagas. Itu, 13-16 de março de 2001.

BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CACCIAMALI, M. C.; HIRATA, G. I. *A influência da raça e do gênero nas oportunidades de obtenção de renda - uma análise da discriminação em mercados de trabalho distintos*: Bahia e São Paulo. Estudos Econômicos, São Paulo, v. 35, n. 4, dezembro de 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612005000400007&script=sci_arttext. Acesso em 25 de março de 2009.

CARRASCO, C. et al. *Mujeres, trabajos y políticas sociales: una aproximación al caso español*. Colección Estudios, Madrid, Instituto de la Mujer, nº 51, 1998.

CASTRO, M. G. *Mulher Pobre Chefe de Família: outra estratégia de*

reprodução ou outra reprodução da estratégia de opressão? Vitória: ABEP, 1982, Volume I.

CASTRO, M. G. *Mulheres Chefes de Família, Esposas e Filhas pobres nos mercados de trabalho metropolitanos (regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador, 1980)*. Caxambu: ABEP, 1990, Volume II.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O cotidiano sexuado de meninos e meninas em situação de pobreza. In: MADEIRA, F. R. (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. p. 343-402.

FRIEDMAN, J. *Empowerment - uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta, 1996.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. In.: *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1994. nº 91.

GUERREIRO, M. D. ; ABRANTES, P. *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Editorial do Ministério da Educação. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego. Coleção Estudos, 2ª. Ed., No. 2, 2007.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, 1993 a 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 13 de julho de 2009.

JORNADA, M. I. H.; STERNBERG, S. S. W. *A mulher no mercado de trabalho formal do RS nos anos 90: notas sobre escolaridade e rendimento*. Mulher e Trabalho, Porto Alegre, v. 1, p. 69-87, 2001.

KASSOUF, A. L. *Wage gender discrimination and segmentation in the*

Brazilian labor market. Economia Aplicada, v.2, n.2, p.243-269, 1998.

LEÓN, M. El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. In: _____ (org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997.

LEONE, E T.; BALTAR, P. Diferenças de rendimento do trabalho de homens e mulheres com educação superior nas metrópoles. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Abep, v.23, n. 2, jul./dez. 2006.

MELO, H. P.; CONSIDERA, C M.; SABBATO, A. D. Os afazeres domésticos contam. In: *Economia: textos para discussão*, n. 177. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Economia. Niterói: 2005. Disponível em http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD177.pdf. Aesso em 25 de janeiro de 2009.

Mulher e Trabalho, Vols. 1, 2, 3, 4, 5 e 6 e *Informe Mulher e Trabalho* 2008. Publicação especial do convênio de pesquisa de emprego e desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre. Disponível em http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/publicacoes/pg_revistas_mulheretrabalho.php. Acesso em 13 de março de 2009.

NASCIMENTO, E. L. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo, Summus, 2003.

NOVELLINO, M. Salet. F. . Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: XXVIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2004, Caxambu. XXVIII Encontro Anual da ANPOCS, 2004. V. 1. Disponível em

http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_51.pdf. Acesso em 23 de julho de 2009.

PAUGAM, S. *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work, and welfare. In: *Urban and Social Change Review*, II. Washington: 1978, p.28-36

PRIORE, M. D.; BASSANEZI, C. *História das mulheres no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

ROMANO, J. O.; ANTUNES, M. *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre. v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

STROMQUIST, N. La busqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEON, Magdalena (org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Bogotá: MT Editores, 1997.

VARELLA, M. R. La política de igualdad em el ámbito del trabajo: una propuesta de construcción teórica desde el género. In: RADL, P. R. *Cuestiones actuales de sociología del género*. Espanha: Universidad de Santiago de Compostela, 2001.